

JORNAL INDÍGENA



Edição Especial

Abril - 1988



Foto - Cláudia Andujar

Eu fui para os Estados Unidos, com convite de índios de lá. Falei sobre meu povo, que não queremos mineração nem barragem na nossa área, falei a verdade. Quando cheguei aqui, a Polícia Federal me prendeu pra fazer interrogatório. Fui humilhado, desrespeitado. Eu sou liderança de meu povo, não quero ser tratado assim. Paulino Paiakam
— Povo Kaiapó (PA).

Esse PMACI (Programa de Meio-Ambiente e Comunidades Indígenas) que deveria dar condições de proteger as nossas comunidades é uma grande mentira e enganação. Excluíram as comunidades indígenas do PMCI por decisão da Funai e do Conselho de Segurança Nacional. Agora o governo Sarney quer transformar as nossas terras em Colônias Indígenas. Tunumã — Povo Jaminawa — Alto Rio Yaco (AC).

Ninguém pode prender o rio e os peixes. Ninguém pode cobrir de água a floresta e os bichos. Surabá — povo Gavião (área das hidrelétricas de Ji Paraná e Samuel — RO).



Ninguém perguntou se a gente queria energia elétrica. Meu povo não quer luz elétrica, não precisamos disso. Então, quem quer energia que inunde a sua terra. Aqui não vamos deixar. Fernando — povo Gavião (RO).

Nós não queremos que parem o rio pra matar a floresta e os bichos. O criador pôs meu povo neste lugar, fez a natureza como ela está. Eu quero viver com meu povo onde sempre vivemos. Quero que meu filho e o neto do meu filho continuem vivendo aqui.
Raoni — povo Mentutiri (Xingu).

A mineradora Parapanema vem prometendo uma porção de coisas, dizendo que vai fazer escola, hospital, nós vamos ter luz elétrica e muito dinheiro. Mas o povo indígena não quer nada disso. Não precisamos dessas coisas. Queremos nossa terra, nossa tradição, nosso jeito de criar o filho, nossos remédios para as doenças que conhecemos.
Manoel Tukano — Alto Rio Negro (AM).



Esta edição especial do Jornal Indígena foi preparada para levar à população não indígena informações básicas sobre a história de nosso povo, sua luta e perspectivas de futuro.

Um trabalho do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas. Correspondência para Rua Ministro Godoy, 1484 s. 57 — Perdizes — São Paulo — CEP 05015.

Redação e edição: Ailton Krenak e Angela M. Pappiani.

Diagramação: Evelise Bruno Petta.

Ilustrações: Povo Kaxinawá — Acre.

Nosso Povo

Houve um tempo, muito antigo, que esta região do mundo não era ainda chamada América, nem este lugar onde vivemos era ainda chamado Brasil.

Nós vivíamos aqui. Minha tribo, meu povo, nossas famílias grandes. Éramos milhões de pessoas, seres humanos. Cada povo ocupava, de forma tradicional, um lugar ao longo dos rios, nos vales e montanhas. O espírito de nossos antigos, criadores de todas as coisas na natureza, nos alegrava e nos dava conhecimento. É deste tempo que guardamos muitos costumes. Nossa arquitetura, alimentação, medicina, religião e o conhecimento da natureza. Quando os "brancos" chegaram aqui, eram poucos. Nós éramos muitos, 900 tribos de norte a sul.

Hoje, somos 180 tribos vivendo nas mais diversas regiões do Brasil, desde as pequeninas reservas estabelecidas pelo governo na região sul do país, onde é impossível viver em liberdade, até as cabeceiras dos grandes rios

Solimões, Madeira, Juruá, Xingu, Tapajós e Amazonas no extremo norte do Brasil, onde nos ameaça a cobiça dos garimpeiros e mineradores, além das madeiras e projetos de colonização do governo.

Hoje, algumas de nossas tribos contam com uma a duas dezenas de pessoas, únicos guardiões da sua tradição, cultura e memória histórica. Foram quatro séculos de invasões, que ainda não tiveram fim e ameaçam, ainda hoje, as últimas grandes tribos sem contato com os "brancos", como os Yanomami em Roraima, que estão sofrendo a invasão de seu território por 25 mil garimpeiros, quando todo o povo Yanomami junto soma apenas 10 mil pessoas. Esta ameaça recai também sobre os Matis, Marubo, Kanamari e muitas outras pequenas tribos sem contato, que habitam a região do Vale do Javari, no Amazonas, onde a Petrobrás está fazendo prospecção de petróleo e de gás natural, sem antes assegurar o território destes parentes que sempre viveram ali.

Temos reunido nossos líderes, nossos sábios, e temos falado com o governo para que ele saiba nosso pensamento. Queremos viver junto com nosso povo, com nossos velhos, nossas crianças e jovens. Temos este direito sagrado, queremos que nos respeitem. Só assim poderemos viver em amizade com todos os novos moradores desta terra chamada Brasil.



Foto - Protásio Finkel



Povo Xicrim - aldeia do Catete

A Invasão

Desde a chegada do povo europeu a esta terra, há leis e normas que regulam as relações do Estado com os povos indígenas. No período colonial, as leis se manifestavam através de Cartas Régias que o rei de Portugal enviava à colônia. Apesar do direito do povo indígena à terra ter sido sempre reconhecido, assim como sua autonomia, como nações diferenciadas, com organização social e política próprias, esses princípios nunca foram respeitados. Isso resultou em muitos conflitos e guerras.

Os povos indígenas sempre reagiram e defenderam seus territórios. Há exemplos descritos até mesmo na história oficial do Brasil. A Confederação dos Tamoios reuniu milhares de índios sob o comando de Cunhambebe e impediu, de 1535 a 1570, a fixação das colônias portuguesas no litoral, até ser esmagada pelas forças civis e militares de ocupação. Todos os rebeldes foram assassinados e as aldeias destruídas e incendiadas.

No início do séc. XVII, houve a Guerra dos Potiguara, no litoral da Paraíba; a resistência do povo Manaóara, sob o comando de Ajuricaba, no Amazonas, e muitos outros exemplos que não chegaram a ser registrados.

Quando aqui se instalou o Império, a situação piorou para as populações indígenas, consideradas, então, incapazes e submetidas à tutela dos "diretores de índios". O projeto do Estado era a assimilação dos povos indígenas com a sua



Índia Suruí com seu filhinho

consequente incorporação à sociedade nacional. Muitos grupos, até então nômades, foram aldeados em pequenos territórios, vigiados, cristianizados e escravizados, convivendo com a população branca através de projetos de colonização e miscigenação. Ao final do séc. XIX, esses aldeamentos foram transformados em vilas e municípios, perdendo o status de terras indígenas.

O primeiro órgão federal indigenista — o Serviço de Proteção ao Índio, SPI — foi criado em 1910, tendo como objetivo também a assimilação das populações indígenas. Durante o tempo em que esteve à frente do SPI, o Marechal Rondon conseguiu frear o processo de invasão das áreas e corrupção interna no órgão. Mas, no final da década de 50, o SPI já estava falido, sem ter chegado a cumprir o papel a que fora criado.

A Funai-Fundação Nacional do Índio, substituiu o SPI em 1967 e é a tutora de uma população de cerca de 300 mil índios, considerados, por lei "relativamente capazes".

Neste processo a Funai mantém a característica que a distingue, na Administração Pública Brasileira, como uma entidade incapaz de praticar uma administração racional, econômica e eficiente. Juiz Adhemar Ghisi, Ministro Relator do Tribunal de Contas da União.

Nós, Huni Kuin do Estado do Acre, não somos pedra de água para esperar pelos papos da Funai. Se nós esperarmos, vamos ficar analfabetos, morrendo de doenças, pegando o nome de minorias e isolados. Siã — povo Kaxinawa (Acre).

As Ameaças

No Brasil existem 518 áreas indígenas reconhecidas oficialmente. Destas, somente 7,91% estão demarcadas e regularizadas, 60% está em processo de reconhecimento, de delimitação, com a documentação perdida na burocracia ou impedida por determinação governamental. Mais de 30% estão completamente sem proteção do governo, sem qualquer tipo de processo administrativo.

Mas ameaças sobre os territórios indígenas não poupam nem mesmo as terras demarcadas e regularizadas. 86% da extensão dos territórios indígenas está sofrendo ou vai sofrer programas de desenvolvimento que nada têm a ver com as comunidades: estradas, hidrelétricas, exploração mineral, projetos de coloni-

zação. Isso sem contar as áreas invadidas por garimpeiros, fazendas, posseiros, madeireiras, etc, das quais não se tem informações precisas.

MINÉRIOS

Há registros de garimpos em 22 áreas. Isso significa invasão violenta dos territórios, alto índice de doenças, problemas sociais, devastação do meio ambiente. As empresas mineradoras têm interesse manifesto em 70% das áreas, principalmente onde estão localizados índios arredios ou de recente contato com o branco. São mais de 1500 alvarás de pesquisa e lavra solicitados ao DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral, sendo que 45% do requerimentos são de empresas multinacionais.

Estradas e ferrovias cortam 50% das áreas, modificando hábitos, agredindo o meio ambiente, levando para dentro das aldeias todos os problemas do mundo externo.

PROJETO CALHA NORTE

Desde julho de 1987, o Conselho de Segurança Nacional, através do Projeto Calha Norte, vem operando na área de fronteira Norte do Brasil. Essa região, uma faixa de 150 km ao longo da fronteira, considerada área de Segurança Nacional, está sendo ocupada com a construção de batalhões de fronteira, campos de pouso, vilas militares e projetos de colonização e desenvolvimento. As áreas indígenas sofrem o impacto da militarização, as demarcações de terras foram suspensas, missões religiosas e entidades que trabalhavam com essas comunidades foram expulsas. Por outro lado, as áreas foram abertas à entrada de mineradoras e garimpeiros e ao contato indiscriminado com a sociedade envolvente, sem um plano de controle do impacto, sem vacinação ou assistência médica.

BARRAGENS

O Plano de Recuperação Energética do Governo Federal vai fazer submergir mais de 40 áreas indígenas, milhares de quilômetros de florestas e rios; milhares de espécimes de flora e fauna. Uma riqueza irrecuperável.

Feito esse balanço, percebe-se que do pouco território que sobrou para o povo indígena depois de quase 5 séculos de ocupação, uma parcela muito, mas muito pequena mesmo escapa da ganância e do desatino de um modelo de civilização e progresso que não respeita a vida.

E o pouco que resta não é patrimônio somente do povo indígena mas sim de toda a humanidade. E a todos, governos e povo, cabe a sua defesa e preservação.

O índio nunca foi e não será o proprietário da terra onde habita, isso é contra seus fundamentos. Mas são os índios que têm defendido, com suas vidas, essa terra e suas riquezas, contra a invasão e a devastação.

Nossa terra está invadida. Tem mais de 20 mil garimpeiros aqui. Entram de avião, tem pista de pouso, tem barco com motor. A FUNAI expulsou os médicos que trabalhavam aqui, davam vacina, cuidavam da gripe e da tuberculose. Mas os garimpeiros ela não tira. Nosso povo está morrendo e nós não podemos sair nem para reclamar, para denunciar. Estamos presos na nossa terra, invadida. A FUNAI só mente, engana nós.

David Kopenawa — povo Yanomami (RR).

Nosso povo está sendo expulso das nossas terras. Toda hora chega caminhão com funcionários da FUNAI, com soldado, com cachorro, com armas, prá por nossa gente prá fora da terra. Espancam mulher, criança, velho, jogam tudo em cima do caminhão e despejam a gente na estrada. Nessa terra estão nossos cemitérios, está nossa história. E o fazendeiro toma prá por boi em cima — Hamilton Kaiwá (MS).

Resistência

A UNI-União das Nações Indígenas é uma organização dos povos indígenas do Brasil. As lideranças de vários povos: Xavante, Bororo, Kaiwá, Guaraní, Terena, decidiram fazer uma grande aliança que reunisse todas as tribos. Isto foi no final da década de 70. Esta aliança inclui, hoje, todas as tribos que já mantêm um contato com a sociedade nacional, além de alguns grupos *arredios*. Através destas alianças entre as várias tribos é que temos manifestado nosso pensamento ao governo e às autoridades responsáveis pela demarcação das terras, assistência em saúde e programas de apoio ao desenvolvimento econômico das comunidades indígenas.

As exigências criadas a partir destes entendimentos com as instituições governamentais têm nos obrigado à formação de representações como os Núcleos de Cultura Indígena e associações comunitárias em várias regiões do país, todas refletindo muito mais uma exigência externa à realidade cultural dos povos indígenas do que suas formas tradicionais de manifestação.

É com esta realidade contemporânea que estamos trabalhando e buscamos

Foto — Luiz Paulino



Anine Surui dá entrevista para a televisão

criar as condições necessárias para assegurar a vida de nosso povo.

Estamos decididos a entender a realidade de nosso país, porém assegurando o futuro para nossas comunidades que não poderão ser sacrificadas, assim como a natureza, em nome de um processo de desenvolvimento questionável.

Nossas lideranças têm afirmado, em todos os encontros e reuniões com as autoridades governamentais, nossa decisão de proteger as florestas e os rios que ainda estão intocados, assim como preservar os lugares sagrados de nosso povo, isso que hoje é chamado de 'ecologia' pelos 'brancos'. Somente com estes princípios assegurados é que poderemos viver em paz, não como povos ameaçados, mas como aliados do futuro.

Constituinte

O Movimento Indígena apresentou, no início de 1987 à Assembleia Nacional Constituinte um documento com 5 pontos básicos reivindicando o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil; a demarcação e garantia das terras; usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios; o reassentamento em condições dignas e justas dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas e o reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Um ano depois, com essas mesmas reivindicações subscritas por mais de cem mil cidadãos brasileiros, através de uma iniciativa de Emenda Popular à Constituinte, após várias audiências públicas onde lideranças de povos indígenas de todo o Brasil estiveram depondo sobre sua situação de vida, depois de muita discussão, muitas manifestações de apoio e solidariedade nos vemos lutando para manter algumas pequenas conquistas na Carta que definirá a vida dessas populações.

O Capítulo específico que trata das populações indígenas ainda não foi votado. Mas temos já aprovados alguns artigos que nos afetam:

Art. 22 — Incluem-se entre os bens da União, as terras ocupadas permanentemente pelos índios.

Art. 24 — Cabe privativamente à União legislar sobre populações indígenas.

Art. 28 — Incluem-se entre os bens dos



Foto — Cláudia Andujar

Estados, as terras de extintos aldeamentos indígenas.

Art. 59 — É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas.

Perdemos dois pontos importantes com esses artigos já votados: as terras de extintos aldeamentos passam de patrimônio da União, para os Estados, ficando à mercê dos interesses regionais que, fatalmente, vão levar ao loteamento dessas áreas. E perdemos também a possibilidade de impedir a violência contra a natureza e o coração da terra que agora poderão ser explorados com a aprovação do Congresso.

No capítulo das populações indígenas que está para ser votado há dois artigos que podem determinar nosso futuro: a definição de terras indígenas e o artigo 271 que exclui dos direitos assegurados no capítulo os índios em estágios elevados de aculturação, que mantenham convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas.

Eu fui nos Estados Unidos e vi o brasileiro lá, ele não vira americano. Eu voltei e vi o americano aqui, o japonês, o francês, ele não vira brasileiro. Então porque só o índio tem que deixar de ser índio quando sai da aldeia? — Paulino Paikan — Povo Kaiapó — PA.

Presente e Futuro

O povo indígena participa hoje da vida nacional produzindo bens como borracha, caucho, castanha, arroz, frutas, artesanato, etc. Em algumas regiões, está integrado à produção local, sem perder suas características de povo diferenciado.

E participa também de fóruns internacionais onde se discute o direito indígena, as relações das populações autóctones com o Estado e o processo de desenvolvimento.

Desde 1983 estamos representados no Grupo de Trabalhos sobre o Direito das Populações Indígenas da ONU, em Genebra. Participamos das assembleias e decisões do Conselho Mundial de Povos Indígenas — CMPI; dos encontros onde são firmados tratados internacionais e, como convidados, do Parlamento Europeu e Congresso Norte Americano para questões de meio ambiente. Estamos juntos também com as organizações ambien-

talistas nacionais e internacionais (Rain Forest, Friends of the Earth, Green Peace) na defesa da natureza.

O índio fala hoje pelo rádio através do Programa de Índio, veiculado aos domingos às 9hs. e quartas feiras às 22h30 pela Rádio USP FM (93,7 Mhz). Esse mesmo programa é veiculado também pela Rádio Santa Maria (RS), Rádio EFEI (MG), Rádio Caiuás (Dourados-MS) e rádio Difusora de Rio Branco (Acre). E através do Núcleo de Cultura Indígena as aldeias de todo o país recebem e enviam informações pelo Jornal Indígena (publicação bimestral escrita por índios) e Jornal Indígena Falado (fitas cassete com programas radiofônicos gravados especialmente para as aldeias). Dessa forma, de gravador e câmara de vídeo em punho, o índio busca formas de permanecer índio, defendendo sua terra e tradição.

Nosso Povo

Houve um tempo, muito antigo, que esta região do mundo não era ainda chamada América, nem este lugar onde vivemos era ainda chamado Brasil.

Nós vivíamos aqui. Minha tribo, meu povo, nossas famílias grandes. Eramos milhões de pessoas, seres humanos. Cada povo ocupava, de forma tradicional, um lugar ao longo dos rios, nos vales e montanhas. O espírito de nossos antigos, criadores de todas as coisas na natureza, nos alegrava e nos dava conhecimento. É deste tempo que guardamos muitos costumes. Nossa arquitetura, alimentação, medicina, religião e o conhecimento da natureza. Quando os "brancos" chegaram aqui, eram poucos. Nós éramos muitos, 900 tribos de norte a sul.

Hoje, somos 180 tribos vivendo nas mais diversas regiões do Brasil, desde as pequenas reservas estabelecidas pelo governo na região sul do país, onde é impossível viver em liberdade, até as cabeceiras dos grandes rios Solimões, Madeira, Juruá, Xingu, Tapajós e Amazonas no extremo norte do Brasil, onde nos ameaça a cobiça dos garimpeiros e mineradores, além das madeiras e projetos de colonização do governo.

Hoje, algumas de nossas tribos contam com uma a duas dezenas de pessoas, únicos guardiões da sua tradição, cultura e memória histórica. Foram quatro séculos de invasões, que ainda não tiveram fim e ameaçam, ainda hoje, as últimas grandes tribos sem contato com os "brancos", como os Yanomami em Roraima, que estão sofrendo a invasão de seu território por 25 mil garimpeiros, quando todo o povo Yanomami junto soma apenas 10 mil pessoas. Esta ameaça recai também sobre os Matis, Marubo, Kanamari e muitas outras pequenas tribos sem contato, que habitam a região do Vale do Javari, no Amazonas, onde a Petrobrás está fazendo prospecção de petróleo e de gás natural, sem antes assegurar o território destes parentes que sempre viveram ali.

Temos reunido nossos líderes, nossos sábios, e temos falado com o governo para que ele saiba nosso pensamento. Queremos viver junto com nosso povo, com nossos velhos, nossas crianças e jovens. Temos este direito sagrado, queremos que nos respeitem. Só assim poderemos viver em amizade com todos os novos moradores desta terra chamada Brasil.



Foto - Francisco Fiksel



Povo Xikri - aldeia do Catete

A Invasão

Desde a chegada do povo europeu a esta terra, há leis e normas que regulam as relações do Estado com os povos indígenas. No período colonial, as leis se manifestavam através de Cartas Régias que o rei de Portugal enviava à colônia. Apesar do direito do povo indígena à terra ter sido sempre reconhecido, assim como sua autonomia, como nações diferenciadas, com organização social e política próprias, esses princípios nunca foram respeitados. Isso resultou em muitos conflitos e guerras.

Os povos indígenas sempre reagiram e defenderam seus territórios. Há exemplos descritos até mesmo na história oficial do Brasil. A Confederação dos Tamoios reuniu milhares de índios sob o comando de Cunhambebe e impediu, de 1535 a 1570, a fixação das colônias portuguesas no litoral, até ser camuflada pelas forças civis e militares de ocupação. Todos os rebeldes foram assassinados e as aldeias destruídas e incendiadas.

No início do séc. XVII, houve a Guerra dos Potiguara, no litoral da Paraíba; a resistência do povo Manaóara, sob o comando de Apuricaba, no Amazonas, e muitos outros exemplos que não chegaram a ser registrados.

Quando aqui se instalou o Império, a situação piorou para as populações indígenas, consideradas, então, incapazes e submetidas à tutela dos "diretores de índios". O projeto do Estado era a assimilação dos povos indígenas com a sua

Neste processo a Funai mantém a característica que a distingue, na Administração Pública Brasileira, como uma entidade incapaz de praticar uma administração racional, econômica e eficiente. Juiz Adhemar Ghisi, Ministro Relator do Tribunal de Contas da União.

Nós, Huni Kuin do Estado do Acre, não somos pedra de água para esperar pelos papos da Funai. Se nós esperarmos, vamos ficar analfabetos, morrendo de doenças, pegando o nome de minorias e isolados. Sã - povo Kaxinawa (Acre).

As Ameaças

No Brasil existem 518 áreas indígenas reconhecidas oficialmente. Destas, somente 7,91% estão demarcadas e regularizadas, 60% está em processo de reconhecimento, de delimitação, com a documentação perdida na burocracia ou impedida por determinação governamental. Mais de 30% estão completamente sem proteção do governo, sem qualquer tipo de processo administrativo.

Mas ameaças sobre os territórios indígenas não poupam nem mesmo as terras demarcadas e regularizadas. 86% da extensão dos territórios indígenas está sofrendo ou vai sofrer programas de desenvolvimento que nada têm a ver com as comunidades: estradas, hidrelétricas, exploração mineral, projetos de coloni-

Foto - Luis Pradon



Índia Surui com seu filho

consequente incorporação à sociedade nacional. Muitos grupos, até então nômades, foram aldeados em pequenos territórios, vigiados, cristianizados e escravizados, convivendo com a população branca através de projetos de colonização e miscigenação. Ao final do séc. XIX, esses aldeamentos foram transformados em vilas e municípios, perdendo o status de terras indígenas.

O primeiro órgão federal indigenista — o Serviço de Proteção ao Índio, SPI — foi criado em 1910, tendo como objetivo também a assimilação das populações indígenas. Durante o tempo em que esteve à frente do SPI, o Marechal Rondon conseguiu frear o processo de invasão das áreas e corrupção interna no órgão. Mas, no final da década de 50, o SPI já estava falido, sem ter chegado a cumprir o papel a que era criado.

A Funai-Fundação Nacional do Índio, substituiu o SPI em 1967 e é a tutora de uma população de cerca de 300 mil índios, considerados, por lei "relativamente capazes".

Estradas e ferrovias cortam 50% das áreas, modificando hábitos, agredindo o meio ambiente, levando para dentro das aldeias todos os problemas do mundo externo.

PROJETO CALHA NORTE

Desde julho de 1987, o Conselho de Segurança Nacional, através do Projeto Calha Norte, vem operando na área de fronteira Norte do Brasil. Essa região, uma faixa de 150 km ao longo da fronteira, considerada área de Segurança Nacional, está sendo ocupada com a construção de batalhões de fronteira, campos de pouso, vilas militares e projetos de colonização e desenvolvimento. As áreas indígenas sofrem o impacto da militarização, as demarcações de terras foram suspensas, missões religiosas e entidades que trabalhavam com essas comunidades foram expulsas. Por outro lado, as áreas foram abertas à entrada de mineradoras e garimpeiros e ao contato indiscriminado com a sociedade envolvente, sem um plano de controle do impacto, sem vacinação ou assistência médica.

Nossa terra está invadida. Tem mais de 20 mil garimpeiros aqui. Entram de avião, tem pista de pouso, tem barco com motor. A FUNAI expulsou os médicos que trabalhavam aqui, davam vacina, cuidavam da gripe e da tuberculose. Mas os garimpeiros ela não tira. Nosso povo está morrendo e nós não podemos sair nem para reclamar, para denunciar. Estamos presos na nossa terra, invadida. A FUNAI só mente, engana nós.

David Kopenawa — povo Yanomami (RR).

Nosso povo está sendo expulso das nossas terras. Toda hora chega caminhão com funcionários da FUNAI, com soldado, com cachorro, com armas, pra por nossa gente pra fora da terra. Espancam mulher, criança, velho, jogam tudo em cima do caminhão e despejam a gente na estrada. Nessa terra estão nossos cemitérios, está nossa história. E o fazendeiro toma pra por bot em cima — Hamilton Kaiwá (MS).

Resistência

A UNI-União das Nações Indígenas é uma organização dos povos indígenas do Brasil. As lideranças de vários povos: Xavante, Bororo, Kaiwá, Guaraní, Terena, decidiram fazer uma grande aliança que reunisse todas as tribos. Isto foi no final da década de 70. Esta aliança inclui, hoje, todas as tribos que já mantêm um contato com a sociedade nacional, além de alguns grupos arredios. Através destas alianças entre as várias tribos é que temos manifestado nosso pensamento ao governo e as autoridades responsáveis pela demarcação das terras, assistência em saúde e programas de apoio ao desenvolvimento econômico das comunidades indígenas.

As exigências criadas a partir destes entendimentos com as instituições governamentais têm nos obrigado à formação de representações como os Núcleos de Cultura Indígena e associações comunitárias em várias regiões do país, todas refletindo muito mais uma exigência externa à realidade cultural dos povos indígenas do que suas formas tradicionais de manifestação.

É com esta realidade contemporânea que estamos trabalhando e buscamos

BARRAGENS

O Plano de Recuperação Energética do Governo Federal vai fazer submergir mais de 40 áreas indígenas, milhares de quilômetros de floresta e rios; milhares de espécies de flora e fauna. Uma riqueza irre recuperável.

Feito esse balanço, percebe-se que do pouco território que sobrou para o povo indígena depois de quase 5 séculos de ocupação, uma parcela muito, mas muito pequena mesmo escapa da ganância e do desatino de um modelo de civilização e progresso que não respeita a vida.

E o pouco que resta não é patrimônio somente do povo indígena mas sim de toda a humanidade. E a todos, governos e povo, cabe a sua defesa e preservação.

O índio nunca foi e não será o proprietário da terra onde habita, isso é contra seus fundamentos. Mas são os índios que têm defendido, com suas vidas, essa terra e suas riquezas, contra a invasão e a devastação.

Foto - Luis Pradon



Anise Surui dá entrevista para a televisão

criar as condições necessárias para assegurar a vida de nosso povo.

Estamos decididos a entender a realidade de nosso país, porém assegurando o futuro para nossas comunidades que não poderão ser sacrificadas, assim como a natureza, em nome de um processo de desenvolvimento questionável.

Nossas lideranças têm afirmado, em todos os encontros e reuniões com as autoridades governamentais, nossa decisão de proteger as florestas e os rios que ainda estão intocados, assim como preservar os lugares sagrados de nosso povo, isso que hoje é chamado de 'ecologia' pelos "brancos". Somente com estes princípios assegurados é que poderemos viver em paz, não como povos ameaçados, mas como aliados do futuro.

Constituinte

O Movimento Indígena apresentou, no início de 1987 à Assembleia Nacional Constituinte um documento com 5 pontos básicos reivindicando o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil; a demarcação e garantia das terras; usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios; o reassentamento em condições dignas e justas dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas e o reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Um ano depois, com essas mesmas reivindicações subscritas por mais de cem mil cidadãos brasileiros, através de uma iniciativa de Emenda Popular à Constituinte, após várias audiências públicas onde lideranças de povos indígenas de todo o Brasil estiveram depondo sobre sua situação de vida, depois de muita discussão, muitas manifestações de apoio e solidariedade nos vemos lutando para manter algumas pequenas conquistas na Carta que definirá a vida dessas populações.

O Capítulo específico que trata das populações indígenas ainda não foi votado. Mas temos já aprovados alguns artigos que nos afetam:

Art. 22 — Incluem-se entre os bens da União, as terras ocupadas permanentemente pelos índios.

Art. 24 — Cabe privativamente à União legislar sobre populações indígenas.

Art. 28 — Incluem-se entre os bens dos



Estados, as terras de extintos aldeamentos indígenas.
Art. 59 — É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas.

Perdemos dois pontos importantes com esses artigos já votados: as terras de extintos aldeamentos passam de patrimônio da União, para os Estados, ficando à mercê dos interesses regionais que, fatalmente, vão levar ao lotçamento dessas áreas. E perdemos também a possibilidade de impedir a violência contra a natureza e o coração da terra que agora poderão ser explorados com a aprovação do Congresso.

No capítulo das populações indígenas que está para ser votado há dois artigos que podem determinar nosso futuro: a definição de terras indígenas e o artigo 271 que exclui dos direitos assegurados no capítulo os índios em estágios elevados de aculturação, que mantenham convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas.

Eu fui nos Estados Unidos e vi o brasileiro lá, ele não virá americano. Eu voltei e vi o americano aqui, o japonês, o francês, ele não virá brasileiro. Então porque só o índio tem que deixar de ser índio quando sai da aldeia? — Paulino Paisakam — Povo Kaipó — PA.

Presente e Futuro

O povo indígena participa hoje da vida nacional produzindo bens como borracha, caucho, castanha, arroz, frutas, artesanato, etc. Em algumas regiões, está integrado à produção local, sem perder suas características de povo diferenciado.

E participa também de fóruns internacionais onde se discute o direito indígena, as relações das populações autóctones com o Estado e o processo de desenvolvimento.

Desde 1983 estamos representados no Grupo de Trabalho sobre o Direito das Populações Indígenas da ONU, em Genebra. Participamos das assembleias e decisões do Conselho Mundial de Povos Indígenas — CMPI; dos encontros onde são firmados tratados internacionais e, como convidados, do Parlamento Europeu e Congresso Norte Americano para questões de meio ambiente. Estamos juntos também com as organizações ambien-

tistas nacionais e internacionais (Rain Forest, Friends of the Earth, Green Peace) na defesa da natureza.

O índio fala hoje pelo rádio através do Programa de Índio, veiculado aos domingos às 9h e quartas-feiras às 22h30 pela Rádio USP FM (93,7 MHz). Esse mesmo programa é veiculado também pela Rádio Santa Maria (RS), Rádio EFEI (MG), Rádio Caiuá (Dourados-MS) e rádio Difusora de Rio Branco (Acre). E através do Núcleo de Cultura Indígena as aldeias de todo o país recebem e enviam informações pelo Jornal Indígena (publicação bimestral escrita por índios) e Jornal Indígena Falado (fitas cassete com programas radiofônicos gravados especialmente para as aldeias). Dessa forma, de gravador e câmara de vídeo em punho, o índio busca formas de permanecer índio, defendendo sua terra e tradição.

Eu fui para os Estados Unidos, com convite de índios de lá. Falei sobre meu povo, que não queremos mineração nem barragem na nossa área, falei a verdade. Quando cheguei aqui, a Polícia Federal me prendeu pra fazer interrogatório. Fui humilhado, desrespeitado. Eu sou liderança de meu povo, não quero ser tratado assim. Paulino Paisakam — Povo Kaipó (PA).

Esse PMACI (Programa de Meio-Ambiente e Comunidades Indígenas) que deveria dar condições de proteger as nossas comunidades é uma grande mentira e enganoso. Excluíram as comunidades indígenas do PMCI por decisão da Funai e do Conselho de Segurança Nacional. Agom o governo Sarney quer transformar as nossas terras em Colônias Indígenas. Tunumá — Povo Jaminana — Alto Rio Yaco (AC).

Ninguém pode prender o rio e os peixes. Ninguém pode cobrir de água a floresta e os bichos. Sarabá — povo Gavião (área das hidrelétricas de Ji Paraná e Samuel — RO).



Ninguém perguntou se a gente queria energia elétrica. Meu povo não quer luz elétrica, não precisamos disso. Então, quem quer energia que inunde a sua terra. Aqui não vamos deixar. Fernando — povo Gavião (RO).

Nós não queremos que parem o rio pra matar a floresta e os bichos. O criador põe meu povo neste lugar, fez a natureza como ela está. Eu quero viver com meu povo onde sempre vivemos. Quero que meu filho e o neto do meu filho continuem vivendo aqui. Raoni — povo Mentutiri (Xingu).

A mineradora Parapanema vem prometendo uma porção de coisas, dizendo que vai fazer escola, hospital, nós vamos ter luz elétrica e muito dinheiro. Mas o povo indígena não quer nada disso. Não precisamos dessas coisas. Queremos nossa terra, nossa tradição, nosso jeito de criar o filho, nossos remédios para as doenças que conhecemos. Manoel Tukano — Alto Rio Negro (AM).



Esta edição especial do Jornal Indígena foi preparada para levar à população não indígena informações básicas sobre a história de nosso povo, sua luta e perspectivas de futuro.

Um trabalho do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas. Correspondência para Rua Ministro Godoy, 1484 s. 57 — Perdizes — São Paulo — CEP 05015.

Redação e edição: Ailton Krenak e Angela M. Pappiani.
Diagramação: Evelise Bruno Petta.
Ilustrações: Povo Kaxinawá — Acre.

JORNAL INDÍGENA



Edição Especial

Abril — 1988



Foto — Cláudia Anhajar